



Exclusão Social versus Oportunidades: a estratégia discursiva das Políticas Públicas de Juventude no Brasil.

Natália Ilka Morais Nascimento¹

RESUMO

Num contexto de ampliação significativa da participação de jovens em políticas públicas de juventude ofertadas por diversas esferas da administração pública, este texto trata das noções que permeiam os discursos destas políticas. O suporte empírico que serviu de base para esta reflexão é oriundo de um trabalho de campo etnográfico realizado de forma “multissituada” em diversos períodos, entre os anos de 2007 e 2012, em meio a jovens, educadores e coordenadores do Programa Projovem Urbano em Fortaleza. A abordagem utilizada foi qualitativa, tendo, como métodos, a observação participante e vivencial em atividades do Programa e a realização de entrevistas semi-estruturadas. O estudo aponta que a estratégia discursiva das políticas públicas de juventude tem como principais noções: oportunidade, interesse, exclusão e inclusão social, que, por vezes, reforçam a representação de que os jovens pobres têm uma vida desestruturada e que a participação em um projeto social seria seu caminho de salvação. A classificação binária, excluído e incluído, produz divisões imaginárias entre os jovens que têm “interesse” em mudar de vida e os que não aproveitam a oportunidade concedida pelo Estado. Neste sentido, há um regime de moralidade que permeia os discursos do Programa e propõe uma conduta a ser seguida pelos jovens.

Palavras-Chave: exclusão social, oportunidade, políticas de juventude, Projovem Urbano.

Abstract: In a context of significant expansion in the participation of young people in youth public policies offered by various levels of government, this text deals with the notions that pervade the discourse of these policies. The empirical support that served as the basis for this reflection is from an ethnographic fieldwork carried out in a multi-placed at various times, between the years 2007 and 2012, among youth, educators and coordinators of Projovem Urbano Program in Fortaleza. The approach used was qualitative, having, as methods, experiential and participant observation in the activities of the program and conducting semi-structured interviews. The study shows that the discursive strategy of youth public policies has as main concepts: opportunity, interest, social exclusion and inclusion, which can sometimes increase the representation of that poor young people have unstructured life and that participation in a social project would be his way of salvation. The binary classification, excluded and included, produces imaginary divisions among young people who have an "interest" in changing their lives and those who do not take the opportunity granted by the State. In this sense, there is a system of morality that permeates the discourse of the Program and proposes a procedure to be followed by the young.



Keywords: social exclusion, opportunity, youth policies, Projovem Urbano.

Introdução

O presente artigo trata das concepções e noções que permeiam os discursos de agentes que integram as Políticas Públicas de Juventude no Brasil. Busca analisar a inserção da questão juvenil na agenda política brasileira, a disputa entre diferentes proposições e paradigmas na consideração do segmento juvenil e suas consequências no plano das ações. Neste sentido, pretende compreender qual proposta o Estado tem apresentado à juventude brasileira e como os jovens participantes das políticas a ressignificam.

Os dados, informações e relatos que utilizei como referência para a elaboração deste artigo, fazem parte de uma série de pesquisas que realizei, sendo as duas principais o trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, no ano de 2010, intitulado “Jovens do Ensino Médio e do Projovem Urbano: representações e significados atribuídos à escola”, e a dissertação de mestrado, “Dos mundos de vida juvenis às Políticas Públicas: percepções, sentidos e narrativas de jovens participantes do Projovem Urbano em Fortaleza”, concluída em 2013. Posto isso, o suporte empírico que serviu de base para esta reflexão é oriundo de um trabalho de campo etnográfico realizado em diversos períodos, entre os anos de 2007 e 2012, em meio a jovens, educadores e coordenadores do Programa Projovem Urbano em Fortaleza. A escolha do Projovem Urbano como referência para análise justifica-se por este Programa ter sido considerado pelo governo federal, até o ano de 2011, uma das principais ações da política de juventude no Brasil.

Desta forma, os questionamentos que nortearam o trabalho são: quais noções são mais utilizadas para referir-se aos jovens que participam do Programa? O que estas noções dizem sobre como os jovens são considerados pelo Estado? Em relação às ações executadas, quais as implicações do uso destas noções? Como os jovens ressignificam os discursos das políticas públicas de juventude?

A inserção da questão juvenil na agenda pública brasileira



Abramo (1997) identifica, nos anos 1990, uma ampliação da atenção dada pela sociedade ao segmento juvenil da população, devida ao aumento no número de pesquisas acadêmicas, matérias em diversos veículos de comunicação e projetos executados por entidades governamentais e não governamentais. Segundo Regina Novaes,

Nesta época, pesquisadores, organismos internacionais, movimentos sociais, gestores municipais e estaduais passaram a enfatizar aspectos singulares da experiência social dessa geração, identificando suas vulnerabilidades, demandas e potencialidades (2009, p. 253).

Contudo, é possível verificar uma ambiguidade em relação à tematização da juventude; ora vista como potencialmente perigosa, causa ou consequência de problemas sociais, ora vista como um modelo cultural (PERALVA, 2007) a ser seguido. Segundo Abramo (1997), os meios de comunicação de massa têm duas formas de tematizar os jovens: de um lado, como consumidores, enfocando as questões ligadas à cultura e ao comportamento, de outro lado, quando aparecem em matérias dirigidas aos “adultos”, o enfoque são os problemas sociais como violência, criminalidade, drogadição etc. Já analisando a produção acadêmica até a década de 1990, Abramo afirma que, após um longo período de ausência, os jovens passam a ser objeto de investigação, sobretudo, em dissertações e teses tendo como foco refletir a respeito dos

[...] sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (notadamente as instituições escolares, ou a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação “anormal” ou de risco), ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações “problemáticas” para os jovens, poucas delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações (1997, p. 25).

Para a autora, naquele período era recente a “consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação” (ABRAMO, 1997, p. 25) por parte dos pesquisadores brasileiros. Em relação ao Estado, não havia uma tradição de políticas públicas direcionadas exclusivamente aos jovens, que os considerassem como um público diferenciado, excetuando o ensino formal, em relação às crianças. Apesar disso, nos anos 1990, já era possível identificar algumas iniciativas de governos municipais, estaduais e, até mesmo, do governo federal no sentido de promover programas e projetos que tivessem a juventude como público preferencial ou exclusivo. No entanto, já havia, anteriormente e de forma mais numerosa em relação às ações governamentais,



projetos e programas fomentados por instituições não governamentais que tinham os jovens como foco de atenção, como a ONG Ação Educativa e o Instituto Ayrton Senna, por exemplo.

Desta forma, um traço significativo deste período são as diversas pesquisas, publicações e eventos realizados, tanto na academia como no campo político, e os projetos e ações promovidos pelas diversas esferas do Estado e por instituições da sociedade civil organizada. Neste sentido, podemos falar da existência de um movimento que contribuiu com a “configuração do campo das Políticas Públicas de Juventude (PPJs) no Brasil” (NOVAES, 2009, p. 15).

Em contribuição à configuração deste campo, ao final da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pesquisadores como Sposito e Carrano (2003) analisaram, por exemplo, como os jovens vinham sendo alvo de intervenções do governo federal e constatam a existência de 33 programas e ações. Os autores criticaram estas iniciativas afirmando que “não constituíam uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento juvenil” (*idem*, p. 23). Ademais, não havia consenso no governo federal sobre a necessidade de execução de políticas públicas de juventude.

Segundo Sposito e Carrano (2003), havia uma baixa capacidade de coordenação da administração federal e nenhum órgão concentrava as informações acerca das políticas de juventude neste período. Além disso, o foco das ações estava voltado, sobretudo, para o controle e prevenção dos problemas que afetam a juventude, sendo os próprios jovens, ocasionalmente, considerados como parte do problema a ser resolvido. Reforçando o discurso de que são necessárias políticas públicas direcionadas especificamente aos jovens, os autores afirmaram que, ao final das gestões FHC, era preciso “avançar para além das doutrinas de segurança pública e assistência social no trato com as políticas públicas federais orientadas para os jovens” (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 37). Ao mesmo tempo, o principal desafio era “inscrever as políticas de juventude na pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista” (*idem*).

Em sua narrativa sobre a trajetória de construção das políticas de juventude no Brasil, a pesquisadora Marília Sposito (2011) situa três eventos como significativos historicamente para esse processo. O primeiro seria o seminário



“Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas”, promovido pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd) em 1997; o segundo, um ciclo de debates promovido pela Ação Educativa em 1998 que deu origem ao livro *Juventude em Debate*; e, em terceiro, o seminário “Políticas Públicas – Juventude em Pauta”, também promovido pela Ação Educativa em parceria com a Fundação Friedrich Ebert, em 2002.

Castro (2005), por sua vez, considera que a UNESCO-Brasil, enquanto agente político, ocupou um espaço importante dentro do processo que identifica ter tido maior ressonância nas décadas de 1990 e 2000 e que culminou com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005. Neste período, a instituição realizou diversas pesquisas e publicações que, na leitura do autor, são importantes por terem ampliado

[...] as redes e a capacidade de elaboração do ‘campo temático’, ao fortalecer os vínculos e permitir que estas agências e agentes adquirissem força, visibilidade e disputassem política e ideologicamente uma proposta nacional de ação voltada para a juventude (CASTRO, 2005, p. 04).

Ainda de acordo com Castro (2005, p. 04), o produto das ações implementadas pela UNESCO-Brasil “é a construção de um problema e a indicação dos principais atores e das vítimas” e se expressaria no trinômio *juventude-violência-cidadania*. A reflexão promovida pela UNESCO sobre os jovens brasileiros era pautada pelo viés do risco e da vulnerabilidade e tinha vários agentes do, então, governo federal como parceiros desta formulação.

Esta visão foi questionada por outros atores do campo das políticas de juventude que tiveram seu espaço ampliado em virtude da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 2003, e tinham o intuito de “dar vida ao binômio direitos/políticas públicas de juventude” (NOVAES, 2011, p. 344).

Essa discussão aponta para a existência de discursos diferenciados sobre a juventude brasileira, que compõem diferentes paradigmas de políticas públicas de juventude. Esses discursos evidenciam concepções sobre o ser jovem e estão no centro das formulações das políticas dirigidas a esse segmento, definindo que tipo de projeto será ofertado e quais públicos serão atendidos.

Para Abramo (1997), as políticas, que implicitamente têm como orientação a noção do jovem como problema, defendem que o papel do Estado é buscar corrigir



ou mesmo evitar que o jovem se torne um problema para ele próprio e para a sociedade. Neste sentido, comumente são ofertadas ações de escolarização, qualificação profissional e prevenção do envolvimento destes indivíduos em “situações de risco”, como o consumo de drogas e o contágio por doenças sexualmente transmissíveis. Em geral, são direcionadas a adolescentes e jovens em conflito com a lei ou, segundo o Estado, estão expostos a “situações de risco social”. Dentre os elaboradores desta formulação temos o Banco Mundial que, em 2007,

[...] produziu um estudo e um relatório intitulado “Jovens em situação de risco no Brasil”, em que, além de indicar as principais causas da situação de risco (baixa autoestima, baixos níveis de espiritualidade, abuso físico, sexual ou psicológico por membros da família, abuso por alguém de sua comunidade, sentimento de ser um “deslocado” na escola, falta de confiança nas instituições locais, sentimento de limitações impostas por seu gênero e pobreza), calcula os custos monetários, pessoais e sociais dessa situação (TOMMASI, 2012, p. 118).

Como podemos perceber, entre as justificações de resolução do “problema da juventude”, estão os impactos financeiros que o Estado poderá ter que arcar, caso não atue promovendo ações direcionadas a essa população.

Em contraposição, os atores sociais, que defendem a adoção da noção “jovens como sujeitos de direitos”, consideram que essa proposição possibilita que os jovens assumam um novo lugar na execução das ações direcionadas a eles. Segundo Castro (2011), a consolidação dessa categoria “representa uma alteração de paradigma em que o público-alvo passa de passivo a agente, co-responsável pela construção das políticas públicas” (p. 283). Além disso, para Novaes (2011),

Ao falar em “juventude como sujeito de direitos”, sintetizamos três gerações de direitos: os direitos civis e políticos dos indivíduos (que evocam a liberdade), os direitos econômicos, sociais e culturais (que garantem a igualdade) e os direitos difusos (que além de dizer respeito ao patrimônio cultural da humanidade, à garantia da paz, ao cuidado com o meio ambiente, também reconhecem grupos constituídos a partir das identidades de geração, gênero, raça, etnia etc.) (NOVAES, 2011, p. 346).

Essa proposição ganhou visibilidade nos anos 2000, período no qual as principais preocupações dos pesquisadores relacionavam-se com a não inserção da temática na agenda governamental, a tematização dos jovens a partir do viés do problema social, a inexistência de uma institucionalidade que garantisse a efetividade de uma política para esse segmento e a avaliação de que as políticas gestadas, até então, não correspondiam às demandas que o campo vinha delineando como relacionadas à questão juvenil (PAPA e FREITAS, 2011).



Essa discussão permeou o esforço empreendido durante os dois governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2010, para a conformação de uma Política Nacional de Juventude, e culminou, em 2005, com a criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) é um órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organizações não governamentais e pesquisadores da temática juvenil. A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), também vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, tem, por objetivo, contribuir para a consolidação das políticas públicas de juventude em nível nacional.

O Projovem Urbano no contexto das Políticas Públicas de Juventude no Brasil

A constituição de uma Política Nacional de Juventude se propunha a mudar a forma como os jovens vinham sendo tematizados e incorporar os segmentos juvenis, bem como as diversas bandeiras levantadas pelo conjunto dos movimentos sociais brasileiros. Desta forma, segundo Papa e Freitas (2011), o desafio colocado naquele período era o de afirmar que a juventude é diferente de outras etapas da vida e, por isso, necessita de políticas públicas específicas, não se restringindo apenas ao aspecto educacional.

O Projovem, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, surge como resposta a uma problemática que ganhou visibilidade dentro do governo neste período, partindo da identificação de que uma parcela da juventude saía da escola sem concluir o ensino básico, não voltando à escola formal nos moldes tradicionais, e se encontrava desempregada ou convivendo com situações de inserção precária no mundo do trabalho. A junção destas situações foi apontada, pelo governo, como sintoma de um padrão de “exclusão social” vivenciado por estes jovens, o que demandava políticas públicas para sua resolução.

Em sua versão original, o Projovem caracterizava-se como um Programa emergencial e experimental, destinado a executar ações educacionais integradas que propiciassem aos jovens a elevação de seu nível de escolaridade com a



conclusão do Ensino Fundamental, sua qualificação profissional, com vistas a estimular uma inserção produtiva e cidadã, e, ainda, o desenvolvimento de ações comunitárias de exercício da cidadania, com práticas de intervenção na realidade local (FORTALEZA, 2006, p. 01). Neste sentido, considerando o objetivo de escolarizar os jovens participantes e, ao mesmo tempo, contemplar outros aspectos da condição juvenil, a proposta pedagógica do Projovem foi concebida a partir da articulação entre três dimensões: Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã que juntas teriam o objetivo de proporcionar um ensino contextualizado dos conteúdos, contribuindo para que a aquisição de novos conhecimentos trouxesse mudanças para a vida cotidiana dos jovens (SALGADO, 2008).

O período de duração do Programa era de 12 meses e concedia aos jovens, devidamente matriculados e que participavam efetivamente do Programa, um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00. O público participante era formado por jovens entre 18 e 24 anos, que haviam concluído a quarta série do ensino fundamental, sem concluir a oitava série e não possuíam vínculos formais de trabalho. Em 2008, o governo federal optou por criar um Programa unificado de juventude que visava ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional. Assim surgiu o novo **Projovem Integrado**, a partir da integração de seis programas existentes, quais sejam, Agente Jovem, Saberes da Terra, Projovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Naquele ano, esses programas atendiam a 467 mil jovens. O público prioritário era a juventude considerada pelo governo como estando em situação de *vulnerabilidade social*.

Seu principal objetivo era reintegrar estes jovens ao processo educacional, promovendo sua qualificação profissional, e assegurar o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. A faixa etária, antes de 15 a 24 anos, foi ampliada para os jovens de 15 a 29 anos, subdivididos em quatro modalidades: **Projovem Urbano, Projovem Adolescente, Projovem Campo e Projovem Trabalhador**.

O Projovem original, criado em 2005, transformou-se em **Projovem Urbano**, mantendo os objetivos propostos inicialmente e estendendo sua faixa etária de



atendimento até os 29 anos, não exigindo escolaridade mínima, apenas que o jovem seja alfabetizado. O auxílio mensal de R\$ 100,00 também foi mantido. O percurso formativo passou a ser organizado em seis unidades formativas com duração de três meses cada (SALGADO, 2008), contemplando uma carga horária de 2.000 horas, sendo 1.440 horas presenciais e 560 horas não presenciais, a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos.

Em Fortaleza, entre os anos de 2005 e 2011, o Programa foi executado pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Durante este período, o Programa não estava integrado à educação básica do município e possuía uma coordenação que não compunha a estrutura institucional da Secretaria Municipal de Educação – órgão responsável pelas escolas.

As aulas da educação básica, formação técnica geral e participação cidadã, realizaram-se em núcleos locais que funcionavam diariamente nas escolas públicas da rede municipal, no horário noturno. As aulas dos arcos profissionais² ocorriam em espaços cedidos por instituições parceiras como o IFCE³ e a UFC⁴, durante o período diurno. Este horário impossibilitava que alguns alunos frequentassem estas aulas em virtude de estarem trabalhando ou por não terem pessoas que pudessem cuidar de seus filhos. Por outro lado, possibilitava que outros jovens tivessem acesso a laboratórios que a rede municipal não possuía e conhecessem instituições educacionais renomadas. A dimensão participação cidadã, além das aulas realizadas nas escolas, organizava outros eventos e ações.

Durante o ano de 2011, primeiro da gestão de Dilma Rousseff, ocorreram mudanças na condução da Secretaria Nacional de Juventude. Uma das alterações efetivadas foi o deslocamento da execução do Projovem Urbano para o Ministério da Educação (MEC). No âmbito nacional, o governo anunciou que haveria modificações no Programa, tais como: a priorização da contratação de profissionais da própria rede básica de ensino para as funções de coordenação, assessoria pedagógica e educadores; tornar-se-ia obrigatória por parte da direção escolar a permissão para a utilização dos espaços da escola, pois os alunos do Projovem passariam a ser considerados alunos da rede; a possibilidade de contratação de educadoras



especificamente para montar espaços que funcionem como creches para os filhos das alunas e alunos do Programa⁵.

Um dos objetivos explicitados para a transferência seria dirimir os conflitos existentes, em alguns núcleos, entre o Projovem e a direção escolar, pois, estando o Programa sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, os funcionários das escolas passariam a ter responsabilidade na execução do Projovem.

Uma análise da estratégia discursiva das Políticas Públicas de Juventude

Lívia de Tommasi (2012) assume uma perspectiva diferenciada em relação às políticas públicas de juventude no Brasil. Distanciando-se das abordagens que defendem a ampliação de projetos e programas direcionados a esse segmento, a autora busca problematizá-los como “dispositivos de gestão da população jovem” (p. 112). A expressão gestão da população jovem, proposta por Tommasi (2012), tem, como referência, a noção de “governamentalidade” considerada, por Michel Foucault, como uma forma de poder que se impõe sobre todos os outros no final do século XVIII e se caracteriza como um

[...] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 291 e 292).

Segundo as análises de Foucault (2008), houve um deslocamento na arte de governar, anteriormente alicerçada na soberania territorial e na economia como gestão da família, para uma preocupação com o problema da população, em virtude da expansão demográfica ocorrida no século XVII. Com o desenvolvimento desta problematização, Foucault apresenta o conceito de “Biopolítica” como sendo “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (2008a, p. 03).

A “governamentalidade”, instituída como um novo “regime de poder” (RABINOW, 1999), busca “estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244), ou seja, “conduzir condutas” e, ao mesmo tempo,



“ordenar probabilidades” (*idem*). O ato de “conduzir condutas”, ou “governar”, dá-se por meio de “dispositivos” que, segundo Agamben, caracterizam-se como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (2010, p. 40).

Tendo como pano de fundo esta problematização, Tommasi (2012) analisa que “os dispositivos acionados não agem diretamente sobre os corpos, mas procuram criar um ambiente: trabalham, criam, organizam, planejam um meio” (FOUCAULT *apud* TOMMASI, 2012, p. 114). Neste sentido, a autora identifica alguns elementos desse novo “regime de poder” na atuação das políticas direcionadas aos jovens e afirma que “os dispositivos acionados no campo da juventude procuram organizar esse meio, no sentido de traçar os caminhos a serem trilhados, as ações a serem empreendidas, as palavras de ordem a serem defendidas” (TOMMASI, 2012, p. 116).

No campo das estratégias discursivas, ao analisar os pressupostos analíticos dos dispositivos gestados para resolver a questão juvenil nos últimos anos e refletir sobre a proposição, segundo a qual os jovens devem ser considerados pelas políticas públicas como “sujeitos de direitos”, Tommasi pondera “que não foi essa a ideia que se impôs na pauta política e que orientou a formulação de programas sociais” (2012, p. 119). Para a autora, o que se consolidou como contraponto à noção juventude-problema foi a matriz discursiva da juventude como “solução”, tendo, como estratégia, a ativação das energias e desejos dos jovens, mobilizando-os “em prol do desenvolvimento social, da melhoria das condições de vida das comunidades e do enfrentamento dos muitos problemas da sociedade brasileira, tanto no campo como nas cidades” (*idem*, p. 120).

O emblema desse discurso é o enunciado “protagonismo juvenil” que tem como finalidade incentivar os jovens a se integrarem à sociedade. Segundo Souza (2006), operou-se um deslocamento nas interpretações sobre a juventude que tinham, como eixo, a crise para a noção “inclusão-exclusão”. Desta forma, “a preocupação dos governos e organismos internacionais tem sido com a integração da juventude pobre, que vive em situação considerada de exclusão” (SOUZA, 2006, p. 09).



O objetivo declarado é “combater a pobreza”, e a estratégia é mobilizar e ativar a juventude com o intuito de implicar os jovens a se responsabilizarem pelas tarefas voltadas ao desenvolvimento e às melhorias das condições de vida nas comunidades locais (TOMMASI, 2012, p. 116).

A proposta apresentada pelo Projovem Urbano aos jovens é a promoção da inclusão social por meio de sua reinserção no processo de escolarização e no mundo do trabalho, em articulação com “oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania” (SALGADO, 2008, p. 14). Para o ex-coordenador pedagógico do Programa em Fortaleza⁶, a noção de inclusão social proposta pelo Projovem está relacionada à perspectiva de possibilitar que os jovens tenham acesso aos direitos básicos de cidadania.

Nacionalmente o Programa é compreendido estritamente no marco da sociedade capitalista, em que os jovens do Programa são percebidos como jovens a quem falta algumas coisas para ter acesso e o Programa procura proporcionar ao jovem algumas coisas que lhe faltam para que ele possa incluir-se. Então, eu entendo que este sentido mais crítico, não é algo que está presente na proposta nacional, é uma leitura local. Nacionalmente, o sentido de inclusão é este mesmo, existem alguns jovens que são excluídos da sociedade que está aí, da ‘sociedade de direitos’, e que são excluídos porque falta algo que é isso, uma formação mínima, que vai desde a formação escolar, uma formação mínima para o trabalho, uma compreensão melhor do espaço social e de ter acesso aos serviços sociais, então o Programa compreende nacionalmente, nos documentos, nos processos de formação, na discussão internamente, a compreensão que eu tenho é que predomina uma ideia de inclusão nessa perspectiva (Coordenador pedagógico do Projovem em Fortaleza, entrevista em profundidade, 18/08/2010).

A inclusão social se daria por meio de uma formação mínima em termos de educação, qualificação profissional e conhecimento sobre direitos e como acessá-los. Para o ex-coordenador, esse discurso não estigmatiza o jovem considerando-o responsável pela sua situação de exclusão, pois reconhece que essa condição foi gerada pelas desigualdades sociais existentes na sociedade. Contudo, mostra-se contraditório por apontar a resolução de problemas sociais como uma responsabilidade individual.

Neste ponto de vista, não é necessário que se promova uma grande transformação social, mas que o Estado cumpra com sua atribuição de oferecer oportunidades de inclusão e que os indivíduos aceitem e se adéquem a tais oportunidades.

Só para ter uma ideia, simplificando o que estou dizendo, a gente teve agora na mostra jovem nacional⁷, jovens, educadores, gestores municipais e nacionais. Dentre outras coisas, algo que me chamou atenção foi esse



ufanismo quanto ao Programa, um caráter salvacionista, o jovem mesmo diz “eu era perdido e o Programa me salvou”. A fala das pessoas é muito nesse sentido, o Programa ele é a sua salvação, então você que está aí excluído, você entra no Projovem e sua vida vai mudar. Esta é uma ideia, que penso, ela está de certo modo presente na proposta do Programa, e no meu entender é uma contradição. Compreensível, mas é uma contradição. Uma leitura que você faz de uma realidade social, marcada pela discriminação, pelo preconceito, pela exclusão, e isso está muito presente no Programa, tanto na discussão conceitual como mesmo na parte mais curricular do material didático, principalmente presente nessa discussão mais crítica da realidade social e de certos problemas, mas por outro lado está muito presente esta proposição do Programa como construtor daquilo que lhe falta para ser incluído (Coordenador pedagógico do Projovem em Fortaleza, entrevista em profundidade, 18/08/2010).

Este relato nos mostra que as categorias “incluído” e “excluído” são postas em ação pelo discurso oficial, as quais, frequentemente, tornam-se o meio pelo qual a realidade de vida da juventude pobre é interpretada e, ao mesmo tempo, podem tornar-se a lente pela qual esses jovens analisam sua própria condição.

Em outro contexto etnográfico, Zucchetti, Moura e Menezes (2010), ao analisar o discurso de educadores que trabalham em projetos socioeducativos, problematizam que nas falas de seus interlocutores as crianças e jovens aparecem, eminentemente, como “seres de falta”. Segundo as autoras, a maioria dos educadores define “as crianças e jovens, com os quais trabalham como sujeitos excluídos e o projeto que os acolhe como um ente eminentemente inclusivo” (p. 471), característica também identificada em meu trabalho de campo com os educadores do Projovem Urbano.

Você resgata ele pra você, até porque o nosso público é um pouco diferenciado daqueles outros alunos. São alunos que são usuários de drogas, com problemas na família, que já abandonaram a escola regular por gravidez, drogas e outros problemas (Professor da educação básica, grupo focal, 05/08/2011).

A classificação “jovem excluído” é mobilizada pelos agentes que compõe o Projovem Urbano para dar conta de uma série de características da vida dos jovens que participaram do Programa, como sua saída ou expulsão da rede de ensino regular, o ingresso no mundo do trabalho de forma precarizada ou o não acesso aos direitos básicos de cidadania. Essas marcas são consideradas, muitas vezes, como características de uma vida “desestruturada”.

Em um dos casos exemplares contados pelos educadores, uma jovem foi representada como diferente por ainda morar com os pais e não necessitar do auxílio financeiro, concedido pelo Programa, para ajudar no sustento de sua casa.



Ao longo dos dezoito meses de duração do Projovem, sua qualificação profissional foi no arco de turismo e utilizou a bolsa para pagar a mensalidade de um curso de línguas. Hoje, ela fala inglês fluentemente,

[...] tem um bebê, é casada, trabalha lá no hotel [na beira-mar] e tem uma vida toda estruturada a partir de um projeto de inclusão social onde ela teve uma visão, uma visão um pouco diferenciada, mas uma visão boa, onde ela hoje consegue estar ganhando, para um jovem que se quer ganhava um salário mínimo, ela hoje está num hotel que ganha mais de mil reais, aquilo para ela é um sonho que foi conquistado pelo projeto de inclusão social (Educadora da participação cidadã em grupo focal, agosto de 2011).

Este relato nos ajuda a compreender uma das representações sobre os alunos do Programa. A concepção de que o jovem chega ao Projovem com a vida completamente “desestruturada” e o Programa de inclusão seria o meio pelo qual o jovem poderia ter uma vida “estruturada”. Os critérios implícitos do que é ter uma vida estruturada seriam a conclusão dos estudos, ter uma visão de futuro que visa adquirir independência e autonomia por meio do trabalho honesto e o casamento. Contudo, para isso, é preciso que o jovem tenha “interesse” em mudar de vida. Como problematizam Zucchetti, Moura e Menezes,

Num primeiro momento, temos um sujeito perigoso e, em outro, um sujeito de falta, que passa a ser visto como vítima da situação da qual faz parte. Tanto numa percepção quanto noutra está presente certa necessidade de (re)colocar esse indivíduo numa ordem; quer no sentido de redimi-lo da culpa ou de repará-lo da falta (2010, p. 470).

Há uma manutenção das classificações binárias que produzem e reiteram formas de separação, distinção e exclusão, como nos alerta Butler (2003), pressupondo a existência de um dentro e um fora da vida social baseando-se em critérios de acesso a serviços e bens de consumo. Ora, o não acesso aos direitos fundamentais faz parte do funcionamento do sistema social na sua fase capitalista e neoliberal.

O Estado incita fantasias de que a “normalização”, necessariamente, trará consequências positivas para a vida dos jovens e busca, desta forma, por meio da construção da crença na possibilidade de ascensão social via escolarização e no ingresso no mundo do trabalho, orientar uma série de outras práticas, como um maior controle do nascimento de filhos, uma conduta orientada para a economia, o não envolvimento em práticas ilícitas, ou seja, o afastamento das consideradas “condutas de risco”.



Este discurso atua como um “dispositivo de normalização” ao pressupor que o próprio indivíduo deve atuar para incluir-se e que o papel do Estado é, somente, dar as oportunidades necessárias para que o indivíduo construa sua própria inclusão. A estratégia discursiva da política pública opera visando normalizar a conduta dos indivíduos jovens, suas classificações sobre si e sobre o outro e seu regime de moralidades.

Considero relevante, do ponto de vista analítico, construir um paralelo entre a problematização que venho fazendo ao longo do texto, sobre a “inclusão” dos jovens pobres, proposta pelas políticas públicas, com outra questão relevante nos tempos atuais: a institucionalização da união homoafetiva.

Roudinesco (2003) analisa, como uma manifestação do desejo de se normalizar, a reivindicação por parte dos segmentos homossexuais do “direito ao casamento, à adoção e à procriação medicamente assistida” (p. 07). Um dos questionamentos propostos pela autora enfoca: o que teria acontecido para que esses sujeitos, repelidos do casamento e da filiação por serem homossexuais, busquem integrar-se à ordem familiar?

Em décadas anteriores, como argumenta Roudinesco (2003), muitos intelectuais, dentre eles Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, reivindicavam aos homossexuais o “direito à diferença”, considerando-a como uma “ruptura com toda forma de adequação parental” (p. 08). Nesse contexto, a família era tida como uma “instância colonizadora” que carregava “todos os vícios de uma opressão patriarcal” (*idem*). Segundo a autora, “hoje em dia tais declarações são julgadas obsoletas pelos interessados” (ROUDINESCO, 2003, p. 09). Dessa forma,

[...] tudo indica que o acesso tão esperado a uma justa igualdade dos direitos em matéria de práticas sexuais – para as mulheres, para as crianças, para os homossexuais – tenha tido como contrapartida não a proclamação de uma ruptura com a ordem estabelecida, mas uma forte vontade de integração a uma norma outrora infame e fonte de perseguição (ROUDINESCO, 2003, p. 09).

Roudinesco (2003) aponta, como consequência dessas mudanças, um redirecionamento do medo dos conservadores que se centrava no que a homossexualidade representava de contestação do modelo familiar tradicional para o incômodo trazido pela vontade desses grupos de se submeter a essa ordem, ou normatividade. Excluir os homossexuais da família tornava-os “menos reconhecíveis,



identificáveis, marcados, estigmatizados” (p. 10). A integração os faria mais perigosos, uma vez que estariam menos visíveis: “tudo se passa como se fosse preciso impedir-lhes o inefável, o idêntico ou a diferença abolida” (p.10).

Há investimento e disputa entre o que é legítimo e ilegítimo, e a crítica de Butler (2003) enfoca o poder que tem sido concedido ao Estado para tal definição. Na discussão sobre a institucionalização das relações homoafetivas, uma possível repercussão deste processo é a cristalização das relações homoafetivas monogâmicas que visam o casamento como sendo legítimas e a conseqüente passagem para a esfera do ilegítimo de todas as outras formas de relacionamento.

No campo das juventudes, a definição do que é ser um jovem “incluído” e seu ingresso na esfera do legítimo ou desejável, estabelecendo um percurso a ser trilhado pelos jovens rumo à vida adulta, coloca uma série de condutas, práticas e expressões juvenis no campo do ilegítimo. A possibilidade aberta é a da extensão dos “poderes da normalização” das práticas e vivências juvenis.

Nessa ótica, parece que essas políticas têm tido sucesso tanto em difundir a ideia da necessidade de ativar as forças individuais e coletivas em prol do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais necessitadas quanto em desencadear práticas sociais que efetivem essa ativação (TOMMASI, 2012, p. 121).

No caso do Projovem Urbano é oferecida uma alternativa de “integração” que tem se mostrado extremamente limitada até mesmo para outros segmentos da sociedade: escolarização básica e ingresso no mercado de trabalho. A escolarização ofertada pelas políticas emergenciais não é capaz de cumprir sua própria promessa de promover a ascensão social destes jovens e muitos deles sabem disso. O Estado promete e, ao final, responsabiliza o sujeito pelo sucesso ou não da empreitada.

Os jovens participantes e a resignificação do discurso oficial: O Projovem Urbano como uma Oportunidade.

No ano de criação do Projovem Urbano, em 2008, foi lançado o documento oficial “Projeto Pedagógico Integrado - PPI” formulado por profissionais e gestores do Programa, visando fazer um balanço da experiência do Projovem Original e subsidiar a implementação do Projovem Urbano. Neste documento, as duas noções



consideradas como o eixo norteador do Programa **Projovem Unificado** e, conseqüentemente, do Projovem Urbano, são: “OPORTUNIDADES para todos” e “DIREITOS universalmente assegurados”. Segundo Salgado, “em conjunto, essas noções propiciam que o jovem se torne protagonista de sua inclusão social, na perspectiva da cidadania” (2008, p. 13).

O termo “oportunidade” é recorrentemente acessado nos discursos dos agentes que compõe o Projovem Urbano: coordenação, educadores, formadores e alunos.

Olha, pra mim, eu acho que oportunidade ela vem pra você... Aí depende de escolhas, né? Às vezes, também a oportunidade tá ali, mas você não quer enxergar ou não quer sei lá, pegar (Guilherme, ex-aluno do Projovem Urbano, entrevista em profundidade, 11/03/2012).

[...] porque assim você tem duas escolhas, você ali à noite, você vai, você pode perfeitamente mesmo estando cansado, sei lá, pelos problemas, que aqui todo mundo tem, inclusive até nossos professores. Você tem duas escolhas, ou você senta ali e diz assim: não, esse tempo é pra mim, eu vou estudar, e eu quero vencer na vida, ou então ir só lá e assim não querer nada com nada e sair. Tá entendendo? É a história da oportunidade, né? Então assim, é um esforço que é pro seu bem, você tem que fazer. Eu acho que, às vezes, as pessoas elas falam muito em “ah eu não consigo, ai eu não vou”, mas assim, a gente tem que também fazer a nossa parte. Por exemplo, a Prefeitura fez né, fez um Programa, fez um projeto, tem a inscrição e tal, então assim já que eu me inscrevi, então eu tenho que ter consciência de que eu vou ter que me programar pra aquilo, eu tenho que ter um tempo pra estudar (Guilherme, ex-aluno do Projovem Urbano, entrevista em profundidade, 11/03/2012).

A “oportunidade” é representada como algo que não está presente no cotidiano dos jovens pobres, moradores das grandes periferias urbanas. Mesmo sendo ofertada pelo Estado, que, em tese, teria a obrigação de garantir o acesso aos direitos sociais por meio de políticas públicas, a “oportunidade” não é simbolizada no âmbito do direito, mas como uma concessão do governo. Através da “oportunidade”, tem-se acesso a benefícios que não são ofertados de forma contínua nas comunidades em que vivem e não aproveitá-la é de responsabilidade exclusiva do indivíduo.

Em pesquisa realizada junto a jovens egressos de um projeto social ofertado por uma organização não governamental, Freitas (2009) notou que “a experiência vivenciada na EDISCA⁸ é marcada pela tensão constante entre trajetórias: uma denegada (a provável, inscrita na condição social), outra para ser seguida (a idealizada pela EDISCA)” (p. 26). Considero que assim como na EDISCA, os



agentes que compõem o Projovem Urbano também possuem em seu imaginário uma trajetória denegada e outra idealizada.

A trajetória denegada, segundo a autora, estaria relacionada ao envolvimento em situações consideradas pelos agentes públicos como sendo de “risco social”, como a gravidez na adolescência, uso de drogas e participação em outros tipos de atividades ilícitas. Devido ao contexto vivenciado em suas comunidades, essa trajetória teria a marca do “destino social provável” (FREITAS, 2009, p. 25) para esses jovens socialmente desfavorecidos. A trajetória idealizada tem como perspectiva o afastamento das condutas de risco, a assunção de posturas que construam uma mudança de vida e promovam a ascensão social destes sujeitos. Neste sentido, é através das oportunidades que os jovens aproximam-se da trajetória idealizada.

O termo “oportunidade” é recorrentemente utilizado pelos egressos, ao falarem das experiências vividas na ONG. Ligada à condição social, oportunidade assume nas narrativas o sentido de sorte, chance única para quem aprendeu a ler a própria vida pela cartilha da ausência de possibilidades. Assim, o que é pensado como oportunidade é aquilo a que, supostamente, jamais teriam acesso, se dependesse da condição social (FREITAS, 2009, p. 35).

Desta forma, a autora problematiza que “as oportunidades são pensadas como sorte ou chance de mudança de vida. As oportunidades são a ‘salvação’ para quem acha que está condenado a ter sempre a mesma vida” (FREITAS, 2009, p. 37). Neste ponto, a dimensão da “salvação” aparece tanto nos discursos dos egressos da EDISCA, como no dos jovens do Projovem. Neste sentido, podemos refletir que, enquanto as religiões buscam conduzir as pessoas para “caminhos de salvação” que levam a uma vida melhor em outro mundo (WEBER, 2009), os projetos e Programas sociais concebem e ofertam “caminhos de salvação” para os jovens pobres neste mundo, tendo como objetivo afastá-los da “trajetória denegada” por meio da modificação de suas práticas e concepções de mundo.

O discurso da “oportunidade” atua como um “dispositivo” que promove a crença de que o Estado fez a sua parte para a promoção da “inclusão social” ao ofertar políticas compensatórias que atendem segmentos vulnerabilizados da população e o desresponsabiliza pelos resultados. Caso os jovens consigam enquadrar-se nos critérios exigidos para serem considerados “incluídos”, é um



resultado positivo obtido pelos Programas sociais. No caso de não conseguirem, a responsabilidade é deles próprios, que não se esforçaram ou lutaram o suficiente.

Assim como no caso da EDISCA, em que, como problematiza Freitas (2009), a “responsabilização dos alunos pela mudança das próprias vidas é também uma forma de a ONG se desresponsabilizar pelo “fracasso” de algum que não cumpra o caminho desejado” (p. 44), a noção de oportunidade promove um deslocamento de uma discussão mais ampla sobre as desigualdades sociais no sistema capitalista e foca no binômio inclusão/exclusão colocando o sujeito como promotor de sua própria inclusão.

Considerações Finais

A estratégia discursiva que têm, como mote principal, as noções de oportunidade, interesse, exclusão e inclusão social, por vezes, pode reforçar a representação de que os jovens pobres tem uma vida desestruturada e que a participação em um projeto social seria seu caminho de salvação. Da mesma forma, a classificação binária, excluído e incluído, presente tanto nos discursos oficiais, como nos não-oficiais, produz divisões imaginárias entre aqueles jovens que têm interesse em mudar de vida e os que não aproveitam a oportunidade concedida pelo Estado.

Neste sentido, há um regime de moralidade que permeia os discursos do Programa e propõe uma conduta a ser seguida pelos jovens: continuação do processo de escolarização, ingresso no mundo do trabalho, maior controle do nascimento de filhos, uma conduta orientada para a economia, o não envolvimento em práticas ilícitas, ou seja, o afastamento das consideradas “condutas de risco”.

Os jovens interlocutores, de um modo ou de outro, tem sua conduta orientada por esta moralidade. Seus relatos não citam problemas com a escola regular ou dificuldades de aprendizagem que os levaram a interromper o percurso escolar. Falam de uma escola que não cabe em suas vidas e da dificuldade em esperar por um retorno no longo prazo quando estão diante de necessidades imediatas como sustentar a si e a família. Contudo, é importante problematizar os



discursos sobre exclusão e inclusão social e a consequente proposta de caminho correto a ser seguido pelos jovens, sob pena de estar reforçando estigmas e preconceitos que estas mesmas políticas buscam questionar.

Deste modo, o desafio posto para as Políticas Públicas de Juventude no Brasil é considerar as múltiplas dimensões que envolvem os mundos de vida dos jovens como uma pista para compreender quais são suas demandas efetivas e, deste modo, pensar quais outros suportes são necessários para que os jovens brasileiros pobres possam ter seu campo de possibilidades ampliado e concretizar seus projetos de futuro.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In: Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Anped, n. 5/6, 1997.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. *In: O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2010. 2º Reimpressão.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *In: Cadernos Pagu* (21) 2003: pp.219-260.

CASTRO, João Paulo Macedo. **UNESCO - Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: Uma pedagogia da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná. O campo das políticas públicas de juventude e o campo da juventude: contribuições para a reflexão. *In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia. Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis/Ação Educativa/Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens**. [S.l.: s.n.] 2006.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e Poder. *In: DREYFUZ, Hubert L. RABINOW, Paul. Michel Foucault – Uma trajetória Filosófica. Para além do Estruturalismo e da Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Edições Graal, 2008.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FREITAS, Isaurora Cláudia Martins de. Família e Oportunidades: Os significados que os jovens egressos da EDISCA atribuem à socialização vivenciada na ONG. *In:*



BARREIRA, Irllys. BARREIRA, César. (org.). **A juventude e suas expressões plurais**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Arcos Ocupacionais no Setor Bancário**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/arcos_ocupacionais.asp> Acesso em: 11/06/2013.

NOVAES, Regina Célia R. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). *In*: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis/Ação Educativa/Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

_____. Prefácio. *In*: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e Políticas Sociais**. Brasília: IPEA, 2009.

PAPA, Fernanda de Carvalho. FREITAS, Maria Virgínia. Introdução. *In*: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis/Ação Educativa/Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

PERALVA, Angelina T. O jovem como modelo cultural. *In*: FAVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes *et ali* (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. pp 13-27.

RABINOW, Paul. Sujeito e governamentalidade: elementos do trabalho de Michel Foucault. *In*: **Antropologia da Razão – Ensaio de Paul Rabinow**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa (Org.). **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.secj.pr.gov.br/.../Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_projovem_P_Pi.pdf>. Acesso em; 09/08/2010.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. Breve balanço sobre a constituição de uma agenda de políticas voltadas para os jovens no Brasil. *In*: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis/ Ação Educativa/ Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *In*: **Revista Brasileira de Educação**. n° 24, setembro/dezembro. São Paulo: 2003, p. 16-39.

TOMMASI, Lívia De. Nem bandidos nem trabalhadores: Trajetórias de jovens da periferia de Natal. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 5 – n° 1 - JAN/FEV/MAR 2012 - pp. 101-129.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. 1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.



ZUCCHETTI, Dinora Tereza. MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. MENEZES, Magali Mendes de. Projetos Socioeducativos - A naturalização da exclusão nos discursos de educadores. *In: Revista Sociedade e Estado* – Vol.25 – Nº 3 Set/Dez, 2010.

Notas

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do Laboratório das Juventudes/UFC. E-mail: nataliaailka@gmail.com

² Em seu site o Ministério do Trabalho e Emprego informa que arco ocupacional “é o agrupamento de ocupações relacionadas que possuem base técnica próxima e características complementares. Eles permitem que os aprendizes tenham uma formação mais ampla de forma a aumentar as possibilidades de inserção no mundo do trabalho” (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2013).

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

⁴ Universidade Federal do Ceará – UFC

⁵ Para aprofundamento ver: Resolução CD/FNDE nº 60, de 9 de novembro de 2011.

⁶ O entrevistado compôs a coordenação municipal do Projovem em Fortaleza como coordenador pedagógico entre os anos de 2005 e 2011.

⁷ O evento foi a “I Mostra de Produções do Projovem Urbano - *Mostra, Jovem!*”. Realizado em Brasília pela Coordenação Nacional do Projovem Urbano, nos dias 11 e 12 de agosto de 2010, como parte das comemorações do Dia Internacional da Juventude.

⁸ Escola de Dança e Integração Social para Crianças e Adolescentes (EDISCA) criada em 1991 pela bailarina e coreógrafa Dora Andrade. Atende crianças e jovens entre 7 e 20 anos moradores de 17 comunidades em Fortaleza (FREITAS, 2009).